

*Artigos Livres***A relação entre população, voto e política, antes e durante o período da Ditadura Militar no Brasil**

The relationship between population, voting and politics, before and during the period of the Military Dictatorship in Brazil

Cellini Chrystini Gomes Ribeiro,¹ UNINTER

Resumo

Por meio deste artigo analisaremos a relação do povo com a política antes e durante o período de Ditadura Militar no Brasil, apoiando-se sobre o trabalho do Professor Marcos Napolitano e do Cientista Jairo Nicolau em busca de compreender melhor o período entre a crise de 30 até o fim do Regime Ditatorial Militar, evidenciando a relação do voto com o papel da população como protagonista na luta por mudanças ao longo do período histórico analisado.

Palavras-Chave: Voto, Populismo, Ditadura Militar.

Abstract

Through this article we will analyze the relationship of the people with politics before and during the period of Military Dictatorship in Brazil, relying on the work of Professor Marcos Napolitano and Scientist Jairo Nicolau in search of a better understanding of the period between the crisis of 30 until the end of the Military Dictatorial Regime, highlighting the relationship between voting and the role of the population as protagonists in the struggle for change throughout the analyzed historical period.

Keywords: Vote, Populism, Military dictatorship.

Em um cenário de crise iniciam-se as mudanças

Em meio à crise de 1929, causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, onde a economia de vários países se encontrava desestabilizada, no Brasil o reflexo é sentido na venda do café que despencava e no índice de desemprego que aumenta, logo surge uma onda de opositores ao governo, era esse o cenário que se encontrava o último ano do governo de Washington Luís. Apesar do povo se encontrar insatisfeito, a elite ainda aguardava as eleições seguintes, onde era esperada que Washington indicasse um candidato de Minas Gerais dando continuidade a república café com leite (sistema de alternância entre candidatos de São Paulo e Minas Gerais para a presidência). Contrariando todas as expectativas, Washington indica um candidato de São Paulo, os mineiros então como resposta resolvem apoiar Getúlio Vargas que era até então ministro da fazenda.

¹ Graduada como Bacharela pelo curso de História do Centro Universitário Internacional UNINTER.

No dia 1 de Março de 1930 acontece a eleição presidencial, Getúlio Vargas candidato com apoio mineiro e Júlio Prestes candidato escolhido por Washington com apoio de São Paulo, o candidato paulista vence e assume a presidência, porém após o vice de Getúlio ser assassinado, o povo fica descontente com o governo de Júlio Prestes, Getúlio se une com a Aliança Liberal e depõem Júlio Prestes do poder exilando-o, tornando então, Getúlio Vargas o novo Presidente do Brasil.

No cenário eleitoral o povo pedia por eleições mais modernas, transparentes e fiscalizadas, em meio essas requisições devemos destacar que as mulheres já vinham a tempos buscando seus direitos em questão ao voto, por meio do movimento sufragista, ocupando espaços importantes no meio da imprensa com, por exemplo, o jornal “A Família” que tinha publicações focadas na defesa do voto feminino, mostrando a urgência de mudanças no âmbito eleitoral.

Em 1932 Getúlio aprova então o primeiro Código Eleitoral onde é criado por fim a Justiça Eleitoral, alguns dos benefícios que podemos destacar é que agora as mulheres brasileiras poderiam votar, o voto passava a ser secreto, restrito aos analfabetos e a idade mínima para votar passa a ser 21 anos sendo reduzida em 1934 para 18 anos. Outra mudança que podemos citar é “Um aspecto inovador do Código de 1932 foi à exigência de registro prévio dos candidatos antes do pleito. Partidos, aliança de partidos ou grupos de pelo menos cem eleitores tinham que registrar no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) [...]” (NICOLAL, 2002, p. 21). A Justiça Eleitoral ficaria responsável por todos os trabalhos eleitorais, desde o alistamento e organização das mesas até a apuração dos votos e proclamação dos eleitos.

Nos anos seguintes do governo de Vargas, inicia-se uma onda de protestos e manifestações, em Março de 1935 é criada a ANL (Aliança Nacional Libertadora), formada em sua maioria por intelectuais, militares e proletários, que defendiam a liberdade de expressão, a instauração do governo popular e principalmente a reforma agrária.

Em 1935 Getúlio cria Lei de Segurança Nacional, que tinha como objetivo punir crimes contra a “ordem política e social” e fecha a ANL, logo após surgem várias greves e protestos ao longo do País contra Getúlio Vargas, por meio de movimentos como a Revolta em Natal, onde militares com apoio de operários e funcionários públicos iniciaram um levante, tomando posse do Quartel do 21º Batalhão de Caçadores, a fim de mostrar o descontentamento acerca de algumas mudanças que ocorreram no Exército na época.

Em 1937 Vargas busca convencer políticos sobre a necessidade do golpe, mostrando que a proposta do Estado Novo seria favorável aos ideais integralistas, aprovando uma nova constituição, elaborada por Francisco Campos que era na época Ministro da Justiça, onde

partidos políticos são dissolvidos, as eleições são canceladas, e a censura nos veículos de imprensa e opinião pública aumentam.

A partir de 1943 o Estado Novo começava a perder força, com o povo pedindo por mais direitos e a volta da redemocratização, Vargas se sentindo pressionado estabelece no dia 28 de Fevereiro de 1945 “Um novo sistema eleitoral introduzido para as eleições da Câmara dos Deputados. Os partidos apresentavam uma lista de candidatos em cada estado e os eleitores votavam em um único nome.” (NICOLAL, 2002, p. 22). Porém no dia 29 de Outubro de Getúlio Vargas foi deposto, em seguida iniciou-se um processo de desmontagem da estrutura do Estado Novo, com isso é aberto às eleições para a presidência, onde Eurico Gaspar Dutra é eleito e toma posse no ano de 1946.

Com o início do mandato de Dutra é oficializado a Nova Constituição, que reforçava os ideais da democracia, definindo um período de cinco anos para o mandato presidencial, garantindo o Voto Secreto e os limites dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a Nova Constituição garantia também a liberdade de imprensa e de opinião pública por meio de greves e protestos.

Já em 1951 Vargas volta ao poder após vencer as eleições para Presidente do ano de 1950, promovendo o desenvolvimento econômico do país com a exploração do petróleo e energia elétrica, visando o bem estar social. Porém o projeto de Getúlio de investir na economia interna trouxe insatisfação de grupos que tinham interesses no capital internacional, sua visão nacionalista também não impediu o aumento da inflação, trazendo à insatisfação popular que reagiram por meio de manifestações, uma dessas era a “Greve dos 300 mil”. Buscando atender aos pedidos da população Getúlio nomeia João Goulart como Ministro do Trabalho, que toma como medida aumentar o salário dos trabalhadores em 100%, provocando o descontentamento dos coronéis e donos de empresas.

Por volta de 1954 Vargas se encontrava em um cenário de insatisfação popular, sem apoio dos militares, sendo constantemente criticado pela imprensa e abandonado pelo próprio partido. Com a exigência das forças armadas para que renunciasse a presidência, Getúlio que não tinha desejo de deixar o poder, então decide, por fim em sua própria vida.

Após a morte de Getúlio o cargo de Presidente é ocupado por seu vice, Café Filho que deveria ficar no cargo até o ano de 1956 quando ocorreriam as próximas eleições. Os partidos lançaram então as candidaturas, o PSD se juntando ao PTB anunciando os nomes de Juscelino Kubitschek para a presidência e João Goulart como vice. Intimidados pela possível aprovação que Juscelino teria com o povo, o partido UDN anuncia o nome de Juarez Távora para a presidência com Milton Campos como vice.

Devemos destacar que em 1955 “[...] foi criada a folha individual de votação, que continha informações de cada eleitor (inclusive fotografia) e o obrigava a votar em uma única seção.” (NICOLAL, 2002, p.25) evitando assim a duplicação de votos que geralmente ocorria por conta do eleitor ter a possibilidade de votar em qualquer seção do país.

Outra mudança que podemos citar é “[...] uma nova lei adotou que a cédula oficial, e passou a ser confeccionada e distribuída pela justiça eleitoral. A partir de então, os eleitores passaram a ter que preencher a cédula na seção eleitoral.” (NICOLAL, 2002, p.25), a eleição acontecia em turno único e não era possível a reeleição. Apesar das novidades no sistema eleitoral, a eleição de 1955 foi a que teve menor quantidade de votos entre as eleições dos anos de 1945 a 1960, como resultado Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente com 36% dos votos.

A eleição seguinte no ano de 1960 promoveu uma grande mobilização dos eleitores, por conta de nos anos anteriores ter sido realizado “um alistamento dos eleitores brasileiros que além de criar um novo título eleitoral, o recadastramento cancelou títulos irregulares, eliminou os mortos mantidos no cadastro e alistou novos eleitores.” (NICOLAL, 2002, p. 162). Isso contribuiu muito na apuração dos votos, ajudando a prevenir eventuais fraudes ou imprecisões.

Apenas três candidatos estavam concorrendo para a presidência, Jânio Quadros pelo PTN, Ademar Barros pelo PSP e Henrique Teixeira Lott do PSD. O resultado apontou Jânio Quadros como Presidente, com 48,30% dos votos. Porém seu mandato não durou muito tempo, já que em 25 de Agosto de 1961 Jânio renunciou, alegando ter deixado o cargo por “pressões terríveis”. O vice João Goulart assume então a presidência.

Brasil antes do golpe

O presidente João Goulart, também conhecido como Jango, assume o poder em 1961 meses após a criação da “Campanha de Legalidade” liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que buscou garantir a posse do vice-presidente, combatendo os opositores e defendendo a Constituição. A campanha teve como resultado a criação de uma Emenda que colocou Goulart na presidência, porém também adotou o sistema de Governo Parlamentarista que limitaria as decisões do Presidente, além de definir a realização de um plebiscito em 1965 que decidiria a manutenção do sistema político.

Importante citarmos que João Goulart conseguiu antecipar o plebiscito para o ano de 1963, e foi o povo que decidiu se o Regime Parlamentarista deveria ser mantido ou não. A

maioria (83% dos votos) votou “Não”, decidindo o fim desse sistema e aprovando o Presidencialismo.

Apesar de o povo ter votado ao seu favor em 1963, com o passar do tempo Jango foi perdendo apoio com suas propostas de reformas de base, que afetavam os setores agrário, educacional, fiscal, político e eleitoral. As suas ações provocaram dívidas externas e o aumento da inflação.

Em Março de 1964, o Presidente faz um discurso na central do Brasil, onde defendia suas reformas, dando ênfase na reforma agrária e na nacionalização das refinarias de petróleo. A elite conservadora que já estava insatisfeita organizou como resposta, junto da imprensa, empresários importantes da época e o Clero na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Os militares logo reagiram contra Jango, enviando tropas entre os dias 31 de Março e 1 de Abril para o Rio de Janeiro onde o Presidente estava. Três dias depois João Goulart partiu para o Uruguai e os militares assumem o poder.

Os primeiros Atos Institucionais, e o impacto no cenário político e popular

Em 9 de Abril é criado o Ato Institucional N° 1, oficializado pela junta do governo formada pelo Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, o General Artur da Costa e Silva e Almirante Augusto Rademaker. O AI-1 convocou eleições indiretas para Presidente e a extensão do cargo até o ano de 1966, a eleição ocorreu por meio do Congresso Nacional onde é eleito o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Além das eleições presidenciais, o AI-1 também garantia o poder de alterar a constituição e caçar mandatos. Já de início o Presidente “cassou os direitos políticos de 37 pessoas, entre as quais três ex-presidentes, seis governadores estaduais e 55 membros do Congresso Nacional e dez mil funcionários públicos foram demitidos [...]” (GUISONI, 2014, p. 28). Devemos destacar que o povo não teve participação na escolha do Presidente, logo os interesses populares não foram priorizados, podemos notar isso no fato de que muitos dos direitos trabalhistas foram perdidos, a União Nacional dos Estudantes foi fechada e sua sede queimada, os movimentos sindicais e agrários sofreram repressão, sendo colocados na ilegalidade.

Decretado em outubro de 1965 o AI-2, tornou definitiva a eleição indireta para a presidência, fechou todos os partidos políticos, adotando o sistema de bipartidarismo, onde passava a existir apenas 2 partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que representava os apoiadores do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que

representaria a oposição. O povo ficou limitado a votar apenas em candidatos que o governo aprovava como elegíveis, porém isso não durou muito já que em fevereiro de 1966 surge o AI-3, tornando as eleições para governadores indiretas e a escolha dos prefeitos por indicação.

Com o decreto do AI-4 em Junho de 1966 o governo convoca uma Assembleia Constituinte, que tinha como objetivo criar uma Nova Constituição que favorecesse o governo militar. A partir desse momento muitos populares que de início apoiavam o golpe, começaram a criticar as decisões impostas por meio dos Atos Institucionais. As manifestações contra o Governo de Castelo Branco já aconteciam desde o início de seu mandato, mas foi em 1966 que a esquerda armada começou a reagir aos atos do governo.

A oposição grita, o AI-5 cala

Eleito por meio de voto indireto, Arthur da Costa e Silva toma posse em março de 1967. De início o governo Costa e Silva trouxeram algumas mudanças, a nova Constituição passou a valer, foi criada a Lei de Segurança Nacional, e com a abertura para investimentos estrangeiros no País e a inflação teve uma queda relativa. Devemos destacar que o Governo Costa e Silva foi marcado por repressão, censura e busca por manter as aparências de que o Brasil estava passando por um momento de progresso.

Durante seu governo Costa e Silva deu continuidade ao “Plano de Ação Econômica do governo” (PAEG), que trouxe reajuste no salário do povo trabalhador, além da redução dos gastos com obras públicas. Aumentando ainda mais o clima tenso que se tinha na relação do povo com o governo, que já se mostrava insatisfeito desde quando foi retirado o voto popular direto. “O ano de 1968 foi marcado pela retomada e radicalização das vanguardas, em vários campos: cinema, artes e música” (NAPOLITANO, 2014, p. 108), é nesse cenário que várias classes sociais do Brasil começam a se manifestar.

Durante o Governo Costa e Silva podemos citar, os protestos liderados pelo movimento estudantil, que se fortaleceram em março de 1968 após o estudante Edson Luís ser morto pela polícia durante um protesto no rio de Janeiro, o movimento ganhou apoio de artistas e intelectuais que se juntaram em 26 de Junho na Passeata dos Cem Mil. Em resposta o governo decretou em Julho do mesmo ano que estava proibido a realização de protestos, porém essa repressão fez com que diversos grupos de estudantes aderissem à luta armada.

Outros movimentos de oposição que também estavam acontecendo na época eram o movimento dos operários, as críticas feitas por artistas por meio da música, poesia, pintura e cinema, no âmbito político tivemos a frente ampla organizada por Carlos Lacerda e o discurso

do deputado Marcio Moreira Alves que criticava o governo militar e pedia ao povo Brasileiro que boicotassem o desfile de 7 de Setembro.

O governo buscando reprimir ainda mais esses movimentos publica o AI-5, que permitia que a polícia e o exército prendessem qualquer pessoa sem a necessidade de um mandado judicial ou um motivo em específico, o Habeas Corpus foi extinto e não havia mais direito de requerer um advogado. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas foram fechados, dois órgãos ligados ao governo foram criados, o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), vários mandatos foram cassados e foi instituída a censura previa a todo material de imprensa e artístico, o Brasil se encontrava em um novo cenário de medo e repressão, “O Ato inaugurou uma nova época, na política e na cultura, demarcando um corte abrupto no grande baile revolucionário da cultura brasileira [...]” (NAPOLITANO, 2014, p. 120). O efeito da publicação do AI-5 foi imediato, com perseguição a varias pessoas, prisão de membros políticos da oposição e vários artistas deixando o país.

O Governo Costa e Silva durou até Março de 1969, quando o Presidente precisou se afastar definitivamente após sofrer um derrame e falecer em outubro do mesmo ano.

Quase um ano após a publicação do AI-5, em 30 de Outubro de 1969 o Congresso é aberto para a escolha do novo Presidente, General Emílio Garrastazu Médici indicado pelos oficiais-generais em uma eleição onde os membros da ARENA votaram a favor de Médici e o MDB se absteve.

Inicia-se então o Governo Médici, marcado por anos de intensa repressão, perseguição e tortura aos opositores. Além das campanhas nacionalistas, que ganharam força com a participação do Brasil na copa de 1970 e a busca pela estabilidade econômica do país, com o crescimento do PIB e do poder de consumo.

Mas a resistência à repressão continuou forte, com a luta armada se organizando com a guerrilha rural e urbana, onde grupos assaltavam bancos e cofres de políticos, sequestravam apoiadores do governo em troca da soltura de presos da oposição e combatiam os agentes do governo, dentre esse grupos podemos destacar a ALN (Ação Libertadora Nacional) que tinha como principal líder Carlos Marighella que escreveu o "Mini Manual do Guerrilheiro Urbano" que ensinava táticas de guerra e a importância de manter a oposição à ditadura, “O nome de Marighella crescia na mídia como símbolo do guerrilheiro, temido e admirado.” (NAPOLITANO, 2014. p 122), a COLINA (Comando de Libertação Nacional) que atuava junto de movimentos estudantis e de trabalhadores e o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) que esteve ligado ao sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick.

Nos jornais “não faltaram momentos de censura prévia, como a que recaiu sobre o jornal O Estado de S. Paulo” (NAPOLITANO, 2014, p. 133) porém havia resistência, as matérias censuradas eram muitas vezes substituídas por receitas ou poemas. Já os artistas que ainda estavam no Brasil tomaram frente de movimentos como a Tropicália e a criação de músicas com letras subversivas que passavam despercebidas pelos censores.

Porém com o passar dos anos o plano econômico começou a perder força, sofrendo com a crise do petróleo de 1973 tendo suas relações externas afetadas, refletindo no crescimento da dívida pública e da desigualdade social. A ditadura começava então a perder o apoio dos políticos e da elite brasileira.

A esperança do fim

Em 15 de Março de 1974 o General Ernesto Geisel toma posse como o novo presidente escolhido pelo congresso. Seu governo tem como destaque o início do processo de abertura política, a fim de encerrar o período de ditadura. Uma das ações do novo governo foi demitir o General Sylvio Frota, que planejava um golpe para restaurar a ditadura, outra ação importante foi extinguir o AI-5.

Com o resultado das eleições de 1974 o MDB consegue avançar no cenário político elegendo 16 Senadores das 22 vagas. O governo logo reagiu criando a “Lei Falcão” que limitava a propaganda eleitoral na TV, mais tarde em 1977 Geisel, fecha o Congresso para impor uma reforma, criando a eleição indireta para um terço do senado, garantindo que a maior parte do Senado fosse da ARENA.

O período de Geisel no poder foi impactado pela crise econômica, abertura política e a avanço da oposição, essas e outras questões teriam impacto no governo seguinte quando João Figueiredo se torna Presidente no dia 15 de Março de 1979, dando continuidade no projeto de abertura política. Já de início em Agosto do mesmo ano Figueiredo assinou a Lei da Anistia Política, que dentre muitas coisas, anulava a suspensão dos direitos políticos e revogava as penalidades de exílio. A partir dessa Lei vários políticos e artistas que estavam em exílio no exterior conseguiram retornar ao Brasil.

Além da Lei da Anistia, foi aprovada também a Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu o sistema de bipartidarismo e trouxe a possibilidade da criação de novos partidos. Podemos citar alguns partidos criados a partir da aprovação dessa lei como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Social (PDS), Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre outros.

Próximo ao fim do Governo de Figueiredo com a volta dos partidos e o enfraquecimento da ditadura, a oposição vê uma oportunidade de reivindicar seus direitos como eleitor, tomando frente do movimento “Diretas Já”, que teve seu início em Goiânia por meio de um congresso presidido por Ulisses Guimarães Presidente do PMDB na época, junto de membros do PT, após esses vários outros comícios foram realizados no país.

Apesar de toda mobilização popular, junto do apoio da mídia e de artistas, a Ementa Dante de Oliveira que visava recuperar o voto direto não foi aprovada pela Câmara dos Deputados, por conta disso as eleições de 1985 para a presidência foram indiretas, com vitória da oposição ao ser indicado como presidente Tancredo Neves do PMDB, marcando assim o fim do regime ditatorial militar.

Uma reflexão sobre o cenário atual

No cenário atual podemos notar o quanto a questão do voto evoluiu ao longo do tempo, os usos de novas tecnologias auxiliaram no processo de facilitar a vida do eleitor, o uso da urna eletrônica, por exemplo, é a maneira mais moderna em termos de segurança, praticidade e sigilo no sistema eleitoral. O uso das redes sociais também é visto com frequência como um espaço onde a população pode expressar as suas aprovações e descontentamentos quanto ao cenário político do Brasil. A facilidade de buscar informações pela internet também auxilia o cidadão a entender seus direitos e como o seu voto tem um peso muito importante nas decisões do País, isso nos leva no cenário atual onde podemos notar um maior engajamento de jovens que estão se preparando para exercer seu direito ao voto pela primeira vez, segundo o TSE entre Janeiro e Abril de 2022 o País ganhou aproximadamente 2.042.817 novos eleitores na faixa etária entre 16 e 18 anos, mostrando um aumento significativo no interesse dos jovens em participarem da vida política.

Conclusão

Após entender toda a dinâmica política do período desde o golpe de 30, era Vargas e Regime Ditatorial Militar, podemos constatar que o sistema eleitoral passou por muitas mudanças, vezes voltadas para o objetivo de facilitar à vida do eleitor e tornar o processo mais seguro, em outros casos as mudanças foram drásticas a ponto de ser cancelado o voto direto. O importante é destacar que o voto como ferramenta de expressão da população muitas vezes em sua falta teve a necessidade de ser substituído pela voz do povo, por meio de protestos, manifestações e greves a fim de reivindicar seus direitos.

Ao observar toda a trajetória da evolução do sistema eleitoral brasileiro, podemos notar o reflexo nos tempos atuais, onde a população tem informação a respeito ao voto com mais facilidade, possuindo meios de se manter ativo nas questões políticas com o uso de redes sociais, jornais online e outras ferramentas que facilitam a vida do eleitor.

Por fim, podemos concluir que durante a ditadura, os opositores protestavam para que o voto direto retornasse em esperança de que a democracia fosse restaurada, mostrando o quanto a luta popular teve peso na restauração do sistema político, pois o povo sabia o quanto era importante à participação social na escolha de seus governantes.

Referencias Bibliográficas

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2002.

NICOLAU, Jairo. **As eleições presidenciais de 1960: Uma análise a partir dos dados municipais**. 2022.